

Ata Numero Três de Dois Mil e Doze

Aos vinte e nove dias do mês de Junho de Dois Mil e Doze, reuniu a Assembleia Municipal em sessão ordinária no auditório Municipal, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

- Ponto um – período antes da ordem do dia; -----
- Ponto dois – apreciação da informação escrita do senhor Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, situação financeira e processos judiciais pendentes; -----
- Ponto três – autorização genérica para dispensa de autorização prévia segundo alínea c) de nº1 do art.º. 6º da Lei nº8/2012, de 21 de Fevereiro – pedido de autorização; -----
- Ponto quatro – Primeira revisão aos documentos previsionais de 2012 – proposta de aprovação; -----
- Ponto cinco – terceiro relatório semestral de acompanhamento do plano de saneamento financeiro do município – apreciação do órgão deliberativo conforme alínea c) do nº4 do art.º. 40 da Lei nº2/2007 de 15 de Janeiro, do período de 1 de Dezembro de 2011 a 31 de Maio de 2012; -----
- Ponto seis – Desafetação dos caminhos públicos para o domínio privado do município – proposta de aprovação; -----
- Ponto sete – regulamento dos programas ocupacionais para crianças e jovens – proposta de aprovação; -----
- Ponto oito – eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para participar no XX Congresso Da Associação Nacional de Municípios Portugueses; -----
- Ponto nove – período aberto ao público;-----

Presentes os membros Eduardo Cassiano Nogueira Pinto de Miranda, Presidente da Assembleia Municipal, Pedro Carvalho Kendall, primeiro Secretário, Paulo Jorge Lacerda Cabral das Neves Lopes, segundo Secretário, Adalberto José Soeiro de Carvalho Sampaio, António César Vicente Nunes, Gabriela Maria Costa Rodrigues Alves, André Filipe Miranda Monteiro, Manuel Pinto de Sousa (PS), Maximiano Pereira Correia, Eduardo Pereira Carvalho Sampaio, Altino de Sousa, Victor Manuel Vieira Oliveira, Jorge Emanuel Machado Alves Cardoso, José Monteiro da Fonseca, Manuel Fernando Mesquita Correia, José Fonseca Alves, Manuel José Miranda Ferreira, Maria Teresa Feitas Alves Lúcio, José Maria Cardoso Carreira, Arnaldo Ribeiro de Queirós (PPD/PSD). -----

Presenças dos membros da Câmara Municipal: Alberto Pereira Monteiro, Presidente da Câmara, Nuno Vasco de Almeida Machado (PS), António José Rodrigues Teixeira (PPD/PSD) Vereadores. -----

O Presidente da Assembleia abriu a sessão às vinte e uma horas e quarenta minutos, colocando à votação a ata anterior, o senhor deputado Eduardo Pereira Carvalho Sampaio chamou a atenção sobre o facto de os anexos não terem sido entregues, sendo explicado que o mesmo se deveu a um problema de correio electrónico, a qual foi aprovada por maioria com uma abstenção. -----

Dando seguimento aos trabalhos o senhor Presidente da Assembleia abriu o ponto número um, pedindo a palavra o senhor Deputado Adalberto José Soeiro de Carvalho Sampaio dirigiu-se ao senhor Presidente da Câmara enaltecendo o início da obra da ETAR de Cidadelhe, uma aspiração de muitos anos. O senhor Presidente da Assembleia dirigiu-se a Assembleia, convidando o executivo, os Deputados, Presidentes de Junta e Presidentes das Assembleias de freguesia para um debate informal sobre a reorganização do território das freguesias do município. O senhor Deputado Maximiano Pereira Correia, respondeu que o PSD aceitaria o convite. -----

Passando ao ponto dois, o senhor Presidente da Câmara descreveu a evolução da dívida. Chamou a atenção para quebras nas receitas e explanou as diversas rúbricas. Aproveitou para contestar as afirmações feitas durante anos pelo anterior Presidente da Câmara quanto ao saneamento, uma vez que não sabe onde estavam os oitenta e noventa por cento do saneamento. Informou que só agora temos a ETAR de Barqueiros em testes, está resolvido o problema da ETAR de Oliveira, sendo a ETAR de Cidadelhe quase uma realidade, informou ainda que a ETAR da Banduja está finalmente em funcionamento. Informou ainda que a Câmara foi julgada esta semana devido a duas multas de quarenta e cinco mil euros cada devido à situação em que a ETAR de Barqueiros se encontrava no anterior mandato. Não havendo inscrições passou-se ao ponto três. Explicada a situação pelo senhor Presidente da Câmara passou-se à votação, sendo aprovado por unanimidade.-----

Aberto o ponto quatro foi justificada a alteração pelo senhor Presidente da Câmara, informando que se trata apenas da inclusão do saldo de gerência do ano anterior, de vinte e nove mil trezentos e oitenta e dois euros e sessenta e dois cêntimos. Posto à votação foi aprovado por unanimidade. -----

Passando ao ponto cinco o senhor Presidente da Câmara explicou a evolução do Plano de Saneamento Financeiro. Pediu a Palavra o senhor Deputado Maximiano Pereira Correia, questionando se o facto de o mapa indicar um abaixamento drástico do limite de endividamento líquido se deve a alguma alteração legal. O senhor Presidente da Câmara informou que estamos a ser duplamente prejudicados pois por um lado temos de baixar a dívida por outro as receitas do FEF e os impostos têm diminuído. Informou ainda que o

empréstimo do BEI não vem, apesar de aprovado nesta Assembleia e a regeneração urbana que se aguardava ser comparticipada em oitenta e cinco por cento mantem-se em setenta por cento. Por estes problemas levantam sérias dificuldades ao executivo. O senhor Deputado Maximiano Pereira Correia disse-se informado, compreende que o endividamento liquido baixa, mas no entanto questiona se a baixa será real, uma vez que há vendas de património. Salaria que o empréstimo do saneamento financeiro está em período de carência, apenas sendo pagos juros e questiona como será amortizado quando já não houver património. O Senhor Presidente da Câmara lembra que foi adquirido património, referindo as compras dos terrenos para alargamento do cemitério e do acesso ao Centro Escolar. Refere que a saída do pessoal implica muitas vezes compensações, pelo que o reflexo nas contas só será sentido no próximo ano. A senhora Deputada Gabriela Maria Costa Rodrigues Alves chamou a atenção para o facto de durante anos os deputados da oposição terem alertado para a situação para que a Câmara se dirigia, nessa altura aqueles que agora estão na oposição não se preocupavam. Afirma que se estamos assim é por causa de um senhor que nunca mais pôs os pés nesta Assembleia e que os deputados que então o apoiavam e que agora questionam nunca levantaram problemas ao crescimento da dívida que nos levou a necessitar deste Plano de Saneamento Financeiro. Respondeu o senhor Deputado Maximiano Pereira Correia, dizendo que obviamente não respondia à doutora Gabriela, nem era uma questão do PSD, apenas estava preocupado com o facto de as vendas de património não amortizarem as dívidas. Apreciado o relatório deu-se início ao ponto cinco. O senhor Presidente da Câmara identificou a localização dos terrenos e lembrou que este assunto já estava aprovado em reunião de Câmara e la havia sido debatido na Assembleia. Posto a votação foi aprovado por unanimidade. -----

Ponto sete, o senhor Deputado Maximiano Pereira Correia chamou a atenção para o artigo terceiro, referindo que se a Câmara pode decidir a titulo excepcional talvez fosse melhor remeter essa responsabilidade passando a ser "a Câmara decide", levantou questões várias sobre a construção do documento e ainda qual o custo para a Câmara Municipal. Posto a votação foi aprovado por unanimidade. -----

Ponto oito, o senhor Deputado Maximiano Pereira Correia propôs o senhor presidente de Junta Manuel José Miranda Ferreira e o senhor Deputado Manuel Pinto de Sousa O senhor Presidente de Junta António César Vicente Nunes. Foi eleito o Senhor presidente de Junta Manuel José Miranda Ferreira, com doze votos, recolhendo o senhor Presidente de Junta António César Vicente Nunes oito votos. -----

Aberto o período aberto ao público não se verificaram inscrições o senhor Presidente da Assembleia pôs á votação a minuta da ata, que foi aprovada por unanimidade, encerrando a sessão pelas vinte e três horas. -----

Presidente:

Primeiro Secretário:

Segundo Secretário: